

A DITADURA CIVIL-MILITAR: CONDESCENDENCIAS, PERSEGUIÇÕES E INQUERITOS NO ESTADO DO CEARÁ (1960-1970)

Flávio da Conceição¹

*“Morte vela sentinela sou do corpo desse meu irmão que já se vai
Revejo nessa hora tudo que ocorreu, memória não morrerá”.*
Milton Nascimento, Fernando Brant, 1969.

Resumo

O presente artigo objetiva discutir alguns aspectos sobre o golpe civil-militar iniciado no Brasil em 31 de março de 1964, particularizando seus acontecimentos no Estado do Ceará. As discussões apresentadas têm como fonte os periódicos *O Povo*, *Correio do Ceará*, *Tribuna do Ceará*, os processos do Arquivo Brasil Nunca Mais, os arquivos da Anistia 64/68 e os Boletins Internos do Exército. As reflexões desenvolvidas a partir desses documentos objetivam debater alguns apoiadores do regime militar e problematizar as fontes disponíveis, bem como as consequências do regime no Estado, pois as forças militares e seus condescendentes perseguiram e afastaram cearenses que defendiam a liberdade democrática, as “reformas de base” e aqueles vinculados com os diferentes setores da esquerda. As consequências foram processos, prisões e inquéritos fraudulentos com intensões acusatórias aos civis e militares.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; história política; arquivos.

Abstract

This essay analyzes some aspects of the civil military coup that started on 31 March of 1964 in Brazil, focusing in the events the of state Ceará. The research use newspapers *O Povo*, *Correio do Ceará*, *Tribuna do Ceará*, archives Brasil Nunca Mais, Anistia 64/68 and Boletins Internos of army. These reflections convey some participants of military regime. This part of military and the sectors that supported the coup removed cearenses favorable free democracy, defenders of “basic reforms” and of the different sectors of the left. To sum up, some consequences were imprisonment and fraudulent to justify false accusations.

Key Words: Civil military coup; political history; archives.

RECEBIDO 04/10/2016

AVALIADO 14/12/2016

¹ Concluiu o Mestrado Acadêmico em História da UECE e exerceu docência no campus da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, FECLESC/UECE/Quixadá. E-mail: flavio.historia.br@gmail.com.

História e história política: uma contemporaneidade inevitável

A ditadura civil-militar no Ceará ainda encontra dificuldade de aprofundamento nas pesquisas em razão do pouco acervo documental sobre a época, porém é possível reflexões a partir dos trabalhos desenvolvidos nas Ciências Humanas e nos arquivos que existem no Estado. O presente artigo objetiva refletir sobre os acontecimentos durante a década de 1960 e as consequências do golpe no Ceará.

Alguns dos debates apresentado neste artigo foram esboçados na dissertação defendida no Mestrado Acadêmico de História da Universidade Estadual do Ceará. A pesquisa tinha como objeto o “Movimento dos Sargentos” da Base Aérea de Fortaleza contrário ao golpe de 31 março de 1964, devido o vasto conteúdo e possibilidades de análise, alguns pontos da referida dissertação foram menos priorizados. Dessa forma, este artigo propõe uma análise sobre o período de ditadura no Estado do Ceará.

Esse período histórico foi um momento de exacerbação punitiva e horrores que marcaram a época, gerando intensas perseguições, conflitos, prisões intervenções e inquéritos. Apesar disso, a contemporaneidade evidencia a importância de refletir e lembrar estes fatos.

O contexto desses embates está nas mudanças significativas ocorridas na década de 1960, seguindo as análises de René Rémond: “A história não vive fora do tempo que é escrita, ainda mais quando se trata de história política”.² Assim, debater esses acontecimentos e suas consequências só é possível a partir da compreensão de que “(...) uma história sem política repousa num material morto e sem interesse”.³

Entretanto, os fatos ocorridos na década de 1960 remontam aos anos 1930, ou seja, comporta uma gama de processos políticos, cuja herança histórica influenciou os contextos seguintes. Diferentes trabalhos partem dessa premissa para entender o panorama histórico que desencadeou o golpe civil-militar de 1964, um dessas interpretações é apresentada pela historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado. A autora argumenta que o legado principal da década de 1930 foi o *nacionalismo* que estava presente em diferentes movimentos nas décadas posteriores à Era Vargas, sendo defendido por sindicatos, lideranças políticas e entidades partidárias.⁴

Diante disso, Arlette Farge sugere que é preciso problematizar essas questões objetivando “(...) reintroduzir as existências singulares no discurso histórico e desenhar, a golpes de palavras,

² RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.22.

³ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.186.

⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.361.

cenas que são de fato acontecimentos”.⁵ A necessidade de fazer esse debate deve-se, principalmente, ao rompimento da democracia em 1964, mas são reflexões atuais, uma vez que setores conservadores da sociedade brasileira ainda hoje negam as arbitrariedades cometidas pelo regime de exceção.

A dimensão desses debates dentro da história política permite atualizar reflexões e compreender recorrências de histórias forjadas e dadas a crer por instituições, setores da sociedade e da mídia. Um exemplo disso foi o discurso anticomunista durante os últimos meses que antecederam o golpe iniciado em 31 de março de 1964.

O historiador Daniel Aarão Reis afirma que as camadas conservadoras perguntavam-se: “Haveria guerra civil? O país viraria uma imensa Cuba, dominada por comunistas? O catolicismo seria perseguido? As Forças Armadas sobreviveriam?” Contudo, os reacionários “(...) trabalharam com eficácia estes medos. Não os inventaram, mas souberam explorá-los exagerando-os”.⁶ Essa exacerbação dos debates políticos encontrou campo aberto e fértil em entidades católicas, empresariais, partidos políticos e setores importantes da mídia.

Acerca desse assunto o professor Rodrigo Patto Sá Motta afirma que

(...) os líderes do golpe de 1964 não estavam apenas usando o anticomunismo como fachada para justificar suas ações. O temor expressado por eles durante a crise era efetivo. Tal interpretação não implica desconsiderar a existência de manipulações. As representações anticomunistas mantiveram a tradição de divulgar uma imagem deformada dos revolucionários, apresentados como seres violentos e imorais, em uma palavra malignos.⁷

Essas acusações anticomunistas maculavam civis e militares, haja vista que as propostas do Presidente João Goulart eram defendidas por boa parte da sociedade civil, bem como por um grupo relevante de militares de diferentes patentes. Antes dos acontecimentos do golpe, setores do empresariado cearense e nacional estavam articulados com o propósito de impedir as “reformas de base” defendidas pelo presidente.

Esse processo esteve presente no Ceará como demonstra o pesquisador uruguaio René Dreifuss. O autor demonstra que o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): “Saturavam o rádio e a televisão com suas mensagens políticas e ideológicas”.⁸ Tratava-se de instituições de fachada com apoio da Escola Superior de

⁵ FARGE, Arlette. Lugares para a história. Belo Horizonte: Autêntica, p.16.

⁶ REIS, Daniel Aarão (Coordenação). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. Coleção História do Brasil Nação Volume 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p.86.

⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.144.

⁸ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981, p.232.

Guerra (ESG) que contava com a coordenação do general Golbery do Couto e Silva e, segundo Maria Helena Moreira Alves, “Alguns oficiais da ESG integravam também a equipe do IPES”.⁹

Esse cenário teve ativo protagonismo de grupos políticos e empresariais do Ceará. Em 1962, o IPES e IBAD era vinculado ao grupo de Adolfo Gentil (PSD), Costa Lima (UDN) e Dias Macedo (PSD).¹⁰ Essas personalidades recebiam apoio político de “Armando Falcão, Paulo Sarasate, Furtado Leite, Leão Sampaio, Martins Rodrigues, Ossian Araripe, Wilson Roriz”.¹¹ É provável que essa relação de nomes seja extensa, tanto na área econômica, quanto militar, pois quando ocorreu o golpe civil-militar em 1964 participaram ativamente dele Adauto Bezerra, Sabino Guimarães, Murilo Borges e Expedito Cruz.

As denúncias desses envolvimento foram feitas em 1963, mas Paulo Sarasate, como proprietário do jornal *O Povo*, utilizou sua influência midiática em defesa própria. Na matéria, Sarasate afirmou que não estava de acordo com as acusações de que teria sido financiado pelo IBAD, porém revelava ter recebido ajuda da Ação Democrática Popular, cuja entidade era desconhecida por ele, mas formada por um grupo de amigos.¹² Desse modo, evidencia a sua parcela de culpa e admite ter sido financiado pelo IBAD que tinha entidades de fachada, como a Ação Democrática Popular.

Complacência, discórdia e o golpe civil-militar no Ceará

Em 31 de março de 1964, o marechal Humberto Castelo Branco foi surpreendido com o golpe iniciado em Minas Gerais sob o comando do general Olympio Mourão. O marechal era figura militar unificadora no alto escalão militar e defendia esse tipo de movimento para o dia 2 de abril.¹³

É relevante problematizar que esse fato histórico tem uma origem e está inserido em uma sucessão de tentativas. Nelson Sodré era uma das testemunhas históricas que vivenciou diferentes e decisivos momentos da história brasileira, de maneira questionadora o autor problematiza que:

Por que houve o golpe de 1937? Por que ocorreram as tentativas, às vezes vitoriosas, de 1945, 1954, 1955, 1961, 1964? Porque as Forças Armadas foram instrumentalizadas, manipuladas, mobilizadas pelas forças políticas mais conservadoras, quando não

⁹ A pesquisadora afirma ainda que 1.276 foram graduados na ESG entre 1950 e 1967, desse contingente de formados 646 eram civis. Segundo a autora objetivava-se “(...) treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional”, ou seja, estava em preparação quadros civis e militares para atuarem em conjunto em determinadas situações políticas, como o golpe de 1964. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, pp.24-25.

¹⁰ União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD), ambos os partidos com relevância e influência política no Ceará.

¹¹ DREIFUSS, *op. cit.*, pp.321-334.

¹² *O Povo* 2 ago. 1963, p.3.

¹³ SILVA, Hélio. *O Poder Militar*. Porto Alegre: Editora L&PM, 1984, p.369.

reacionárias, que esse país conheceu. Então, a fachada militar das ditaduras esconde seu conteúdo profundamente reacionário, o conteúdo que resultou da mobilização das forças mais retrógradas da sociedade brasileira.”¹⁴

As reflexões sobre o início da ditadura são prolíficas e abrangem um desencadeamento de fatos que precisam ser compreendidos no processo histórico, como sugere Sodré. O golpe interpretado de forma isolada não possibilita um esclarecimento sobre a sua dimensão.

Esses debates são aprofundados à medida que novas pesquisas são realizadas. Nessa perspectiva, o historiador Carlos Fico propõe que:

(...) o desafio para os historiadores que se debruçam sobre o período da Ditadura Militar consiste em superar essa fase (...), confrontando os conflitos de memória e os enunciados aparentemente estabelecidos. Para tanto, novas fontes devem ser buscadas, notadamente aquelas de natureza sigilosa.¹⁵

Assim, o autor sugere que o principal desafio atual dos historiadores é a busca e consulta de novas fontes em entidades e instituições pouco exploradas pelos pesquisadores, mesmo que boa parte dos arquivos e documentos contenha um caráter sigiloso.

Sobre o golpe iniciado nos dias 31 de março e 1 de abril de 1964 existe uma pergunta recorrente: Por que João Goulart não resistiu ao golpe? Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes em livro recente demonstram que de certa forma houve resistência, porém informado do apoio norte-americano na conhecida “Operação Brother Sam”, o presidente evitou “a internacionalização do conflito”, pois haveria uma secessão do Brasil, como nas Guerras da Coreia, Vietnã e, sobretudo, o derramamento de sangue do povo brasileiro.¹⁶

O golpe civil-militar teve apoio de pilares básicos da República brasileira que se esvanecia. A Câmara dos Deputados tinha como presidente Ranieri Mazzilli, que era condescendente com os acontecimentos. Mazzilli chegou a assumir o cargo de presidente quando Auro de Moura Andrade declarou vago o cargo da Presidência da República na madrugada de 2 de abril. Esse processo foi legitimado pelo presidente do Superior Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, reconhecendo a posse de Mazzilli na presidência, que pediu proteção do general Costa e Silva, demonstrando as relações civis e militares do golpe.¹⁷

O Ceará entrou nesse cenário com indecisões, em razão dos confrontos entre algumas lideranças políticas e militares com o governador Virgílio Távora. O governador era próximo ao João Goulart e se identificava com as propostas do presidente. As relações entre os dois

¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Era o golpe de 1964 inevitável?* In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) 1964: visões e críticas do golpe: democracias e reformas no populismo. Campinas, SP: Unicamp, 2014, p.128.

¹⁵ FICO, Carlos. *Ditadura Militar e concordata moral*. Revista *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp.190-199.

¹⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964: *O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 2014, pp.338-339.

¹⁷ *Ibid.*, pp. 362-364.

provavelmente teria surgido na década de 1950, quando exerciam mandatos de deputados e moravam no Rio de Janeiro. Essas informações são relatadas pelo primo do governador, Fernando Távora, que afirmou a proximidade entre esses personagens políticos. Por isso, quando Jango assumiu a presidência “Ele colocou o seu governo a serviço da vinda da energia de Paulo Afonso para o Ceará”.¹⁸

A amizade entre Jango e Virgílio não era “vista com bons olhos” pelos opositores do governador do Estado, essas circunstâncias foram aproveitadas e entendidas como comprometedoras e após o golpe passaram a pressionar o governador.

Um exemplo de críticas antes do golpe era a Secretaria de Educação do Governo do Estado acusada de abrigar comunistas. Iniciado o regime todos os integrantes da secretaria considerados suspeitos foram afastados. Contudo, as perseguições não foram como desejavam os opositores e fiéis sentinelas da ditadura, visto que o governador evitou que os educadores fossem presos. A professora perseguida Luiza Teodoro relatou que: “(...) foi o próprio Virgílio Távora quem ajudou a viajar para o Rio de Janeiro, onde ficou até dezembro” e continuou recebendo o salário como docente.¹⁹

Além disso, os opositores políticos e militares do governador pressionaram para que ele fizesse uma declaração em apoio ao golpe. O coronel da reserva Antônio Bastos Gonçalves afirmou que o governador emitiu uma nota ambígua, por isso foi pressionado a refazê-la. Havia a necessidade de que nela constasse a clareza de apoio ao golpe e “(...) ameaça de repressão policial a qualquer manifestação de apoio ao governo deposto”. Apesar dessa pressão, Virgílio Távora não atacou o amigo, João Goulart.²⁰

Na época, o principal opositor militar do governador era o major Egmont Bastos Gonçalves, comandante do 10º Grupo de Obuses, que representava a unidade de artilharia do Exército cearense. Após o golpe civil-militar, o major foi responsável pela instauração de diferentes inquéritos na capital com o discurso de fazer uma “limpeza” na corrupção presente no Estado. Em matéria publicada em 2004, o oficial reformado afirmou que naqueles acontecimentos achava injusto o seu comandante, Hélio Lemos, estar preso por indisciplina²¹. Depois do golpe, Egmont menciona que estava em poder do maior material bélico do Ceará e

¹⁸ *O Povo* 1 abr. 2004, p.26.

¹⁹ *O Povo* 1 abr. 2004, p.33.

²⁰ *O Povo* 1 abr. 2004, pp.24,25.

²¹ Em fevereiro de 1964, o coronel Hélio Lemos, comandante 10º Grupo de Obuses, divulgou um manifesto na capital cearense contra o comunismo, o oficial defendia o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, como melhor exemplo de político na época. Em razão da indisciplina, o comandante da 10ª Região Militar, Almério de Castro Neves puniu Hélio Lemos com prisão e transferência para o interior de São Paulo. No entanto, após o golpe o oficial voltou a ativa e foi um dos integrantes da “linha dura”.

podia intervir no governo estadual e, apesar de coagir o governador, não assumiu o poder local porque não tinha objetivos políticos e sim militares.²²

O debate apresentado pelo pesquisador José Sydrião Alencar Junior demonstra que as pressões sofridas pelo governador eram de ordem pessoal. O autor afirma que uma das razões do major Egmont Bastos Gonçalves pressionar Virgílio Távora estava relacionada ao fato dele ser “(...) filho do ex-deputado estadual Joaquim Bastos, político filiado à Liga Eleitoral Católica nos anos 30 e inimigos dos Távora”.²³ Apesar das vontades e ameaças do major Egmont, o governador tinha uma trajetória de relações políticas e militares que faziam diferença nos bastidores históricos da época. Desse modo, Virgílio tinha vinculações com o general Justino Alves Bastos do IV Exército, em Recife, o marechal Castelo Branco, apoio do tio Juarez Távora, a colaboração do senador Paulo Sarasate e do comandante Tácito Teóphilo Gaspar, do 23º Batalhão de Caçadores, em Fortaleza.

Os fatos evidenciam o jogo político no Ceará, do qual Virgílio Távora foi um personagem dúbio em muitas circunstâncias. A professora Márcia Vidal demonstra que isso foi constante durante os períodos das administrações do governador entre 1963-1966 e 1979-1982. Apesar dos conflitos, Virgílio continuou no cenário político e militar da ditadura, bem como em proximidade com a mídia cearense, sobretudo o jornal *O Povo* que exaltava, defendia e divulgava suas ações.²⁴

A pressão sobre o governador nas primeiras horas do golpe esboça a urgência em neutralizar as manifestações políticas, militares ou revolucionárias contra o regime, isto é, perseguir as culturas políticas que se opunham à ditadura civil-militar. Para isso, havia as “medidas de segurança” que, na prática, eram coações e liberdade cerceada no intuito de eliminar qualquer ação contrária ao regime de exceção.

O general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, nos dias 31 de março e 1 de abril, demonstrou preocupação em garantir a segurança da efetivação do golpe que marchava sobre a democracia brasileira. Isso se evidencia em mensagens via rádio transmitidas à 10ª Região Militar. As comunicações travadas entre o IV Exército²⁵ e a 10ª RM esboçam o início da implantação da ditadura no Ceará e nas regiões Norte e Nordeste do país. As mensagens trocadas

²² *O Povo* 1 abr. 2004, p.25.

²³ ALENCAR JUNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora**: o coronel modernizador do Ceará. Fortaleza: Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará, 2006, pp.125-126.

²⁴ NUNES, Márcia Vidal. **O Jornal O Povo durante os dois governos de Virgílio Távora (1963/1966 e 1979/1982)**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC, 1991.

²⁵ É relevante distinguir as áreas de atuação das unidades do Exército e seu poder de influência e respeito nos estados e regiões que tinham jurisdição. O I Exército tinha influência sobre o Rio de Janeiro, sede do comando, e também Minas Gerais e Espírito Santo; o II Exército tinha sede em São Paulo e estava sob sua jurisdição militar o Mato Grosso; III Exército compreendia o Rio Grande do Sul com sede em Porto Alegre, tendo jurisdição ainda sobre Santa Catarina; o IV Exército correspondia o poder militar sobre os estados do Norte e Nordeste, mas com sede em Recife.

entre os quartéis são elucidativas, posto que no dia 31 de março, Justino exigia de todas as unidades:

CALMA TODO TERRITÓRIO 4º EXÉRCITO pt TROPAS MANTIDAS PRONTIDÃO pt QG COBERTO DISPOSITIVO SEGURANÇA APROXIMADA pt DEVEIS INDICAR AO GOVERNADOR ABSOLUTA CONVENIENCIA PROIBIÇÃO QUALQUER COMÍCIOS gv REUNIOES PASSEATAS PUBLICAS OU MANIFESTAÇÕES SINDICAIS pt PROVIDENCIAS DEVEM SER TOMADAS PARA OUTROSSIM EVITAR ECLOSAO DE GREVES pt RADIO E IMPRENSA DEVEM SER GARANTIDOS TUDO VISANDO A PRESERVAÇÃO DA ORDEM ET SEGURANÇA POVO pt GENERAL JUSTINO ALVES BASTOS CMT 4º EX.²⁶

A mensagem não era acompanhada de explicações, gerando dúvidas acerca das razões nas ordens transmitidas. Por isso, no dia 1 de abril o comandante da 10ª RM, Aluísio Brígido Borba, pediu informações detalhadas sobre o posicionamento do comando do IV Exército, visto que a imprensa divulgava o apoio dele ao golpe. Os relatórios desses acontecimentos estão contidos nos *Boletins do Exército* cearense e são elucidativos sobre o avanço da ditadura em todo Norte e Nordeste:

“Solicitação de esclarecimento sôbre atitude adotada pelo Cmt do IV Exército. Foi enviada ao amanhecer de 1º de Abr 64 um rádio do Cmt da 10ª RM ao Cmt do IV Ex, solicitando confirmação de notícias propaladas pelas estações de radio sôbre a sua adesão ao movimento eclodido no E de Minas Gerais, e ter assumido o Govêrno do E de Pernambuco”.

O comandante Justino Alves Bastos confirmou as informações na manhã de 1 abril:

Reposta do Cmt do IV EX. Na manhã dêste dia, 1º de abril 64, às 8.15hs, foi recebido, em rádio, a seguinte resposta ao pedido de esclarecimentos do Cmt da 10ª RM: “Rádio nº 81-E2, 1º Abr 64, do Cmt do IV EX, RERA 6/OS/NORMAL DE HOJE pt RESPONDO AFIRMATIVAMENTE pt ÊSTE COMANDO ET TODO O QUARTO EX ESTÃO SOLIDÁRIOS COMPANHEIROS QUE SE BATEM PELO RESTABELECIMENTO DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA pt LANÇAREI PROXIMOS MOMENTOS PROCLAMAÇÃO AH NAÇÃO pt GEN JUSTINO ALVES BASTOS CMT 4º EX”.²⁷

As mensagens trocadas entre as unidades militares cearense e pernambucana entre o término do dia 31 de março e o início de 1 de abril, evidenciam que a ditadura civil-militar se fortalecia e, além disso, demonstram que nem todos os quartéis estavam em sintonia com o golpe.

Os arquivos online do *Brasil Nunca Mais* demonstram que entre 1963 e 1964 diferentes inquéritos foram realizados em unidades militares e na sociedade civil nordestina, objetivando uma “limpeza” política e ideológica contra qualquer manifestação em desacordo com o regime.²⁸

²⁶ Ministério do Exército, 10ª Região Militar, Boletins Regionais, nº70, 13 abr. 1964, p.656.

²⁷ Ministério do Exército, 10ª Região Militar, Boletins Regionais, nº83, 30 abr. 1964, P1, p.780.

²⁸ *Arquivo Brasil Nunca Mais*; Inquéritos Policiais Militares instaurados no Norte Nordeste ainda entre 1963 e 1964: Salvador, Processos 388, 393, 394; João Pessoa, Processos 578; Recife, Processos 250, 323, 445, 114, 266; Teresina, Processos 349, 185; Natal, Processos 046, 237. BNM; TOMO II - Volume 1, pp.274-322. Disponível em: < http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Segundo o *Boletim Interno do Exército* cearense, o comandante Aluísio Brígido Borba e as unidades de polícia deram prosseguimento à cadeia de comando nos dias seguintes, havendo prisões em diferentes setores da sociedade, tais como militares, estudantes, sindicalistas, trabalhadores e professores da capital e do interior. A eficiência dessas ações contou com importante participação de entidades e personalidades cearenses:

José Afonso Sancho, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Antônio Gomes Guimarães, Brasil Soares, Fávila Ribeiro e José Arimateia Diniz, podendo convocar outros cooperadores, a fim de orientar a opinião pública no trabalho de descomunicação no território da 10^a. Região Militar [...] sobre essa finalidade o Cel. Chefe do EMR/10 fez uma exposição aos senhores: Flávio Parente – Diretor da Rádio Iracema; Astrolábio Filho, Diretor da Rádio Verdes Mares; José Pessoa, Diretor da Rádio “Uirapuru” e Padre Landim, Diretor da Rádio “Assunção”. O Sr. Afonso Sancho foi informado que poderia coordenar todas essas atividades, para alcançar os objetivos revolucionários e que poderia contar com todas as rádios e a TV – Canal 2 de Fortaleza.²⁹

Esses personagens do empresariado e da imprensa cearense fizeram parte do “Serviço de Informação” organizado na 10^a RM para “orientar” a opinião pública na “descomunicação”. Dessa maneira, essas e outras participações esboçam um quadro histórico de uma complexa rede articuladora do golpe em 1964, no Brasil e no Ceará. Em 1964, o banqueiro Afonso Sancho era o presidente da União das Classes Produtoras (UCP), por isso, a posição de destaque na coordenação das atividades ligadas a imprensa e ao empresariado. A relevância do empresário foi reconhecida em agosto de 1964, mês em que é comemorado o dia do soldado. Na ocasião, Sancho foi condecorado em uma referência ao papel de sentinela que exerceu nos bastidores da ditadura, recebendo a medalha de Pacificador.³⁰

A ligação do empresariado cearense com o golpe foi intensificada com apoio do clero que colaborou nos bastidores e realizou a “Missa pela vitória das forças democráticas” celebrada pelo Arcebispo D. José Delgado em agradecimento a Deus.³¹ Em seguida ocorreu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que contou com participação das “damas” da elite e das esposas dos oficiais das Forças Armadas. As marchas ocorreram na capital e no interior do Ceará, contribuindo para a imagem de que o Brasil estava unido nestas manifestações cívicas frente aos “comunistas”. Na época, essas passeatas contaram com ativa participação da Igreja Católica e setores conservadores que mobilizaram inclusive parte das camadas empobrecidas do país, somando um total de aproximadamente setenta marchas realizadas.³²

²⁹ Ministério do Exército, 10^a Região Militar, Boletins Regionais, n° 83, 11 abr. 1964, Q2, p.780.

³⁰ *Tribuna do Ceará* 20 ago. 1964, p.1.

³¹ *O Povo* 6 abr. 1964, p.1.

³² FERREIRA; GOMES, *op.cit.*, p. 379.

“Operação limpeza”: perseguições e inquéritos instaurados no Ceará

A tentativa de “operação limpeza” ideológica e política foi impetrada pelos militares, instituições e parte dos setores da sociedade que apoiaram o golpe. Relacionando os documentos, é possível identificar uma preocupação com a repressão na cidade, conforme ficou esboçado na mensagem do comandante do IV Exército discutida anteriormente e na capa do jornal *O Povo* estampando as Forças Armadas nas ruas da capital.³³

Em outras frentes os militares começaram a perseguir lideranças em diferentes departamentos estaduais e federais sediados no Ceará, muitos cargos foram substituídos por militares, mas também por civis defensores do regime. Ao todo foram 29 entidades que sofreram intervenções até o início de maio, ou seja, o número de afastamentos nas diferentes entidades do Estado pode ter sido muito maior.³⁴

Os quartéis cearenses também foram alvo de perseguições nos primeiros dias da ditadura, sendo presos militares do Exército e da Aeronáutica. Muitos deles foram presos devido aos envolvimento políticos estabelecidos desde 1962, em razão do processo eleitoral em que a categoria dos sargentos esteve envolvida. Vale ressaltar ainda a identificação dos praças e dos oficiais com a democracia, o nacionalismo e com as propostas do Presidente João Goulart.

Ainda nas primeiras horas do golpe, os sargentos da Base Aérea de Fortaleza se organizaram para decidir o que fazer diante dos últimos acontecimentos. Durante uma reunião realizada às 19 horas de 1 de abril, no Cassino dos Suboficiais e Sargentos, a maioria decidiu que iria marchar até a sede do comandante da unidade para “(...) saber de que lado está”.³⁵ E não “(...) deveria haver precipitação e que não se fizesse nada contra o regulamento militar”, ou seja, tratava-se de uma manifestação disciplinada e comprometida com a manutenção da democracia.³⁶ Após marcharem à sede do comando e organizarem os cabos e soldados para

³³ *O Povo* 1 abr. 1964, p.1.

³⁴ Segundo matéria veiculada no periódico *Tribuna do Ceará* foram nomeados civis e militares para diferentes departamentos na capital: Capitão Tobias Rafael Fernandes - Departamentos dos Correios e Telégrafos (DCT); Engenheiro José Walter Barbosa Cavalcante - Rede de Viação Cearense (RFFSA); Dr. Iuna Soares Bulcão - Delegado Regional do Trabalho; Dr. Elmar Antunes Stone - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Servidores Públicos (IAPFESP); Manoel Lopes de Souza - Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Fortaleza; Francisco de Assis Bezerra - Sindicatos dos Empregadores em Estabelecimentos Bancários do Estado do Ceará; Fernando Farias de Melo - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB); José Airton Castelo Branco - Diretoria da União dos Estudantes Técnicos Industriais do Ceará (VETIC); Antônio Cândido Teixeira - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Ceará; Luís Róseo da Silva - Sindicato dos Músicos Profissionais no Estado do Ceará; Major Breno Vitoriano - Instituto Brasileiro do Ceará (IBC); Tadeu de Paula Brito - Departamento Nacional de Endemias Rurais do Ceará (DNERu); Bolívar Bastos Gonçalves - Delegacia Federal de Saúde; José de Souza Cavalcante - Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de Fortaleza; Wilson Vasconcelos Brandão - Sindicato dos Trabalhadores nas Industriais de Fumo do Estado do Ceará; Francisco Rodrigues Pinto - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados; Volme Gomes de Souza - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem; Pres. Lázaro Arsênio de P. Aragão, Francisco Iran Pedrosa, Tesoureiro Vilamar Barbosa de Oliveira - Centro dos Estudantes Secundários do Ceará (CESC); Engenheiro Francisco Eurides de Andrade - Delegacia da SUPRA no Estado do Ceará; Professor Luís Sucupira - Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Ceará; Vicente de Paula - Diretório Estudantil da Escola de Enfermagem São Vicente de Paula; Capitão Luciano Moreira de Silva - Delegacia Regional do SAPS; Juarez Neves da Silva - Sindicato dos O. Alfaiates; José Ferreira Lima - Sindicato dos Empregados de Hotéis e Similares; José Ozanan Bezerra Oliveira - Diretório dos Institutos Básicos; Maria Lima Barbosa Lopes - Diretório da Escola de Assistentes Sociais; José Ozanan Oliveira - Sociedade Beneficente de Porangabussu; Francisco Assis Bezerra - Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Norte e Nordeste; Pedro Souza Wanderley - Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Serrarias e de Moveis de Madeira. *Tribuna do Ceará* 11 maio 1964, p.2.

³⁵ BNM; Processo 164, p.35.

³⁶ *Ibid.*, p.89.

demonstrar o poder de força da categoria, um sargento esclareceu ao comando da Base Aérea de Fortaleza: “(...) os suboficiais e sargentos não pretendiam apoiar nenhum movimento golpista, mas que eram constitucionistas e patriotas verde-amarelo; que iriam ao Comando sem nenhuma intenção de danos materiais ou de vida”.³⁷

O ocorrido não foi publicado na imprensa da época, provavelmente para evitar estimular outros movimentos. A manifestação em defesa da Constituição junto ao comandante Ivan Teixeira Leite foi interpretada como uma ação subversiva, gerando perseguições e inquéritos duvidosos, sobretudo porque o comandante foi responsável por conduzir o Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado. Por isso, os principais sargentos envolvidos na defesa da democracia e outros oficiais com tendências políticas que não agradavam o comandante da unidade foram afastados e expulsos antes do julgamento, somando um total de 28 militares acusados de subversivos e esquerdistas.³⁸ Entretanto, todos foram absolvidos em pela Auditoria da 10ª RM, em setembro de 1965, e pelo Superior Tribunal Militar (STM), em outubro de 1965.³⁹

No Exército cearense não foi diferente, contudo os poucos documentos disponíveis são insuficientes para elucidar. Os arquivos presentes na Anistia 64/68 permitem ao historiador uma análise sobre as prisões de civis e militares. Um exemplo que pode ser citado é o caso do processo do militar Lenine de Castro Perdigão que revela uma lista de 217 presos civis e 12 militares presos na capital.⁴⁰

A relevância do processo de reparação de anistia do militar permite compreender a quantidade de presos sob a administração da 10ª RM. São presos políticos à espera da História. São fontes que precisam ser complementadas com outras de maneira que permitam aprofundar o golpe e elucidar sua dimensão no Ceará. Os periódicos possibilitam informações valiosas, mesmo contraditórias, já que era comum a divulgação das listas de presos políticos. Eram veiculações atendendo aos interesses do regime, uma vez que afirmavam categoricamente sobre as provas colhidas pela 10ª Região Militar podia “(...) responsabilizar criminalmente os agentes comunistas” que compactuavam com a “conspiração bolchevique”. As palavras utilizadas pelo periódico *O Povo* demonstram a forte vinculação com o sistema repressor. Na época, o inquérito

³⁷ *Ibid.*, pp.76, 82, 90, 179.

³⁸ Foram afastados os oficiais Paulo Fernandes, José Alencar Paiva, Nilton Bezerra da Silva, Reino Pecala Rae; suboficiais João da Silveira Leite, João Vicente Rodrigues, Pedro Laborne; sargentos João Xerez Frota, Ernande Correia Ferreira, João Salviano de Souza Leite, Clovis Holanda de Vasconcelos, Wilson Belarmino de Azevedo, Abelardo Onofre Guerra, Darcy Golçalves Villas Boas, Gustavo Rodrigues, José Tabosa, Rubens Gomes Colares, Francisco Aélío de Almeida Monteiro, Francisco Gomes Soares, José Arribamar de Oliveira Souza, Edson Gereba de Farias, Leônidas Saraiva de Oliveira, Eródoto José Rodrigues, João Xerez Frota, Ezequias Esteves de Morais, Orlando de Souza Rebouças, Antônio Ribeiro Neto, Luiz Gonzaga R. Bandeira; cabo Jamil Motta Vasconcelos.

³⁹ BNM; Processo 164, pp.966-968.

⁴⁰ Anistia 64/68 Processo nº 200801.61.954.

divulgado pelo jornal era conduzido pelo coronel Hugo Hortêncio de Aguiar e apresentava uma lista de mais de 60 presos políticos.⁴¹

A autora Maria Helena Rolim Capelato sugere que a imprensa é local “(...) onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos de sedução do público são indispensáveis”.⁴² Aliado à imprensa e ao empresariado, o regime seguiu seu curso fornecendo à imprensa informações que eram “(...) conseguidas através de ações legais e ilegais, incluindo violências física e psicológica.”⁴³ Eram dados obtidos através de situações limites, utilizando-se da tortura, da intolerância e da crueldade impostas pelo sistema vigente na época.

Neste período, Francisco Dias Oliveira sentiu na pele as veiculações situacionistas dos jornais quando estava preso. Em seu livro de memórias escrito na prisão, o referido preso cita como exemplo o periódico *O Povo*. O anistiado menciona que “A notícia tinha única fonte: o poder estabelecido”.⁴⁴ Acrescenta ainda que na década de 1960, ele era advogado e membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e antes da sua prisão teve a casa e o escritório invadidos, além de dois irmãos e o sobrinho presos pelo regime.

Nos jornais em circulação após o golpe é possível encontrar matérias acerca da quantidade de presos. Entre elas está a notícia divulgada pelo *Correio do Ceará* afirmando que “50 universitários cearenses foram acusados de subversão”.⁴⁵ Embora cite a quantidade de universitários, a matéria não revela a lista de nomes dos acusados, provavelmente por estar em fase de elaboração e a espera de mais informações dos colaboradores do regime no meio universitário.

Ainda em agosto de 1964, o jornal *O Povo* divulgou outra lista com mais de setenta presos políticos citando nomes de alguns que já haviam sido presos anteriormente.⁴⁶ Estas e outras notícias presentes nos demais periódicos permitem compreender que a ditadura no Ceará

⁴¹ Segundo matéria divulgada no jornal *O Povo* foi preso: Jonas Daniel, Olavo Sampaio, José Marinho Vasconcelos, José Carlos Jataí, Américo Barreira, Francisco de Faria Melo, João Luiz de Deus, Vicente Pompeu da Silva, Aluísio Gurgel do Amaral, José Arimatéia de Lima, José de Moura Beleza, Milton de Souza Ferreira, Oseas Duarte de Oliveira, Marfan Cavalcante de Magalhães, Carlos Z. de Lima, Luiz Cruz, José Olavo Peixoto (Peixoto de Alencar), José dos Santos Serra Alfredo, Willian N. de Sá, Tarcísio Leitão de Carvalho, Manoel Graciano de Macedo, Francisco Claudio de Medeiros, Joseli Viana de Souza, José Blanchard Girão Barroso, José Fiuza Gomes, Raimundo Ivan Barroso de Oliveira, Amadeu Arraes Araújo, Aníbal Fernandes Bonavides, Manuel Aguiar Arruda, José Elias Gonzaga, Luiz Paulo da Silva, José Pontes Neto, Eusébio Oliveira, Ademar Paulino de Freitas, Antônio dos Santos Teixeira, Valdenilo Balaio da Silva, Josias N. da Silva, José Alberto C. Monteiro, Edmundo Maia, Jorge Pereira Nobre, Petrônio Sá M. Benevides, Antônio Américo de C. Souza, Lauro Oliveira Lima, Miguel Cunha Filho, Afrânio Carvalho Freire, José Milton Barbosa do Carmo, Osvaldo Evandro Carneiro Martins, José Lopes Barbosa, Fernando Torcápio Ferreira, Francisco Inácio de Almeida, Américo Silvestre da Rocha, José Valdir de Aquino, Francisco Felipe Cardoso, José Ferreira de Alencar, José Pederevsky da Silva, Heliomar Mendes Bastos, Francisco Cândido Feitosa, Astrolábio Batista, Manoel Coelho Raposo, Antônio Cauby Damasceno, Claudio Regis Quixadá, Hugo Brito Eloy Teles de Moraes, Lauro Alves Sousa, Luiz França Amaral e Gilberto Mariano. *O Povo* 6 de maio 1964, p.2.

⁴² CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa e a História do Brasil**. SP: Contexto, 1988, p.15.

⁴³ BAUER, Carolina Silveira. *Arquivos de Regime Repressivo: fontes sensíveis da história recente*. In: PINSKY, Carla; Luca, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, p.177.

⁴⁴ OLIVEIRA, Francisco Dias de. **Prisão que liberta**. Fortaleza: Editora Evolutivo, 2003, p.66.

⁴⁵ *Correio do Ceará* 25 jun. 1964, pp.1,6.

⁴⁶ *O Povo* 22 e 23 ago. 1964, p.2.

não foi “branda”. Além disso, o Estado foi um dos primeiros a cassar vereadores e deputados estaduais acusados de comunistas e de subversivos.⁴⁷

Alguns desses fatos discutidos podem ser pesquisados no *Arquivo Brasil Nunca Mais*, riquíssima fonte e pouco utilizado nas pesquisas realizadas no Ceará. Os documentos foram produzidos através dos processos copiados por advogados dos presos políticos e com apoio da Igreja. Diante do sistema repressor em atividade havia o temor de que o regime pudesse apagar as provas das arbitrariedades cometidas e forjadas e viesse a incinerar os documentos. Ao todo os IPM compreendem 707 inquéritos instaurados em diferentes estados brasileiros, acerca do Ceará é possível encontrar 37 processos, sendo 26 deles sobre os partidos de esquerda que existiram na capital entre 1964 e 1973. Há ainda processos referentes aos militares cearenses, movimento estudantil, propagandas subversivas, panfletagens, pichações, sindicatos e ofensa à bandeira americana.⁴⁸ Além dos IPM instaurados, existem diferentes relatos dos cearenses presos e torturados nos demais Tomos do arquivo.⁴⁹

Outro espaço documental relevante é o *Memórias Reveladas* presente no *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)* que foi adquirido a partir de uma doação anônima e, mesmo apresentando lacunas acerca da atuação do regime no Estado, permite compreender a lógica repressiva do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) a partir das fichas dos presos políticos, a atuação dos agentes do sistema e, sobretudo, como eles agiam.

Os documentos gerados a partir dos inquéritos, das sindicâncias, dos agentes disfarçados e das informações obtidos pela tortura eram veiculados pelas unidades militares e reproduzidos na imprensa como verdade, ou seja, compreendiam fatos forjados com o objetivo de comprometer os presos políticos. A principal intenção era macular politicamente atribuindo situações e envolvimento para aumentar a pena durante o julgamento. Por isso, não é difícil encontrar notícias veiculadas pelos periódicos em diversos processos elaborados pelo regime com o argumento de culpabilidade dos acusados. Vale lembrar que as fontes produzidas pela própria ditadura eram primárias, desse modo, esse tipo de prática era propositadamente tendenciosa e continha um caráter comprometedor aos opositores do regime, contribuindo para

⁴⁷ Em abril de 1964 na capital cearense foram cassados os mandatos dos vereadores Tarcísio Leitão, Luciano Barreira, Manuel Aguiar de Arruda. No mesmo período foram afastados os deputados estaduais Anibal Bonavides, Blanchard Girão, Amadeu Arraes, Fiuza Gomes, José Pontes Neto, Raimundo Ivan Barroso de Oliveira. *O Povo* 10 abr. 1964, pp.1,2.

⁴⁸ No *Arquivo Brasil Nunca Mais* é possível encontrar alguns Inquéritos Policiais Militares instaurados no Ceará entre os anos 1964 e 1973: 164, 257, 152, 691, 321, 535, 690, 373, 573, 387, 540, 347, 556, 168, 176, 194, 200, 328, 566, 617, 646, 547, 555, 345, 594, 660, 666, 667, 092, 082, 196, 425, 461, 542. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/quadro.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

⁴⁹ Relatório Projeto Brasil Nunca Mais Tomo I – O Regime Militar; Tomos II- Volume 1- A pesquisa; Tomo II- Volume 2, Os Atingidos; Tomo II – Volume 3 Os Funcionários; Tomo III- Perfil dos Atingidos; Tomo IV- As Leis Repressivas; Tomo V – Volume 1 –A Tortura; Tomo V – Volume 2- As Torturas; Tomo V- Volume 3 – As Torturas; Tomo V- Volume 4 – Os Mortos; Tomo VI- Volume 1- Índice dos Anexos; Tomo VI- Volume 2- Inventário dos Anexos. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

afastá-los e torná-los uma ameaça à sociedade, ou seja, um “(...) subversivo, um elemento ativo. Feroz e nocivo ao bem-estar comum”.⁵⁰

O Relatório produzido pela *Comissão Nacional da Verdade* em 2014 é elucidativo em muitos aspectos e proporciona a compreensão das ações durante os 21 anos de ditadura militar. Contudo, novas pesquisas precisam ser realizadas, no sentido de explorar fatos que o Relatório não conseguiu abranger nos diferentes estados brasileiros e das inúmeras torturas, perseguições e assassinatos realizados pelo desumano regime autoritário.

⁵⁰ BUARQUE, Chico. *Fica*. São Paulo: Editora Musical Arlequim Ltda, 1965. Disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br/letras/fica_65.htm>. Acesso em: 26 jun. 2016